

# Niemeyer não aprendeu com Churchill

Villas-Bôas Corrêa

**S**ATISFEITÍSSIMO por dentro com a decretação das medidas de emergência, o Deputado Flávio Marcílio vem destilando em ouvidos confiáveis as histórias fantásticas de medo e susto vividas na sua condição de Presidente da Câmara às vésperas da rejeição do Decreto-Lei 2 045, já devidamente sepultado na fraca memória nacional. Embora a responsabilidade de presidir o Congresso não fosse sua, mas do assustado Senador Moacyr Dalla — um vice-presidente colhido pela ventania do infarto do titular, Senador Nilo Coelho — Flávio Marcílio conta que a segurança da Casa apreendeu na cintura de alguns dos mais exaltados falangistas dos grupos radicais de pressão que desembarcam em Brasília sempre que a temperatura política se aquece, em ônibus especiais e grupos muito bem organizados, fios de náilon com fortes grampos de metal amarrados numa das pontas.

A serventia de tão tosca engenhoca é claríssima e até dispensa confissão: o grampo se engancha nas beiradas das galerias e, escorregando pelo fio de náilon, em poucos minutos, toda uma multidão poderia literalmente invadir o plenário do Congresso.

Pode ser até que não se tratasse de um plano urdido por uma das caravanas, mas uma engenhosa iniciativa de algum desatinado.

De qualquer modo, o episódio serve para ilustrar, com a nitidez de um flagrante colhido na hora exata, a denúncia de um grave, de um delicado problema que está preocupando parlamentares e funcionários responsáveis.

É evidente que ninguém que ainda que primariamente estime o exercício da democracia pode ser contra a presença vitalizadora do povo no Congresso, acompanhando os trabalhos do plenário, sorvendo a eloquência tão escassa e de duvidosa qualidade que jorra, em grossos caudais, das tribunas da Câmara e do Senado. A presença do povo nas galerias é uma constante em todos os parlamentos do mundo. Até nos que apenas enfeitam, em constrangida mistificação, os Con-

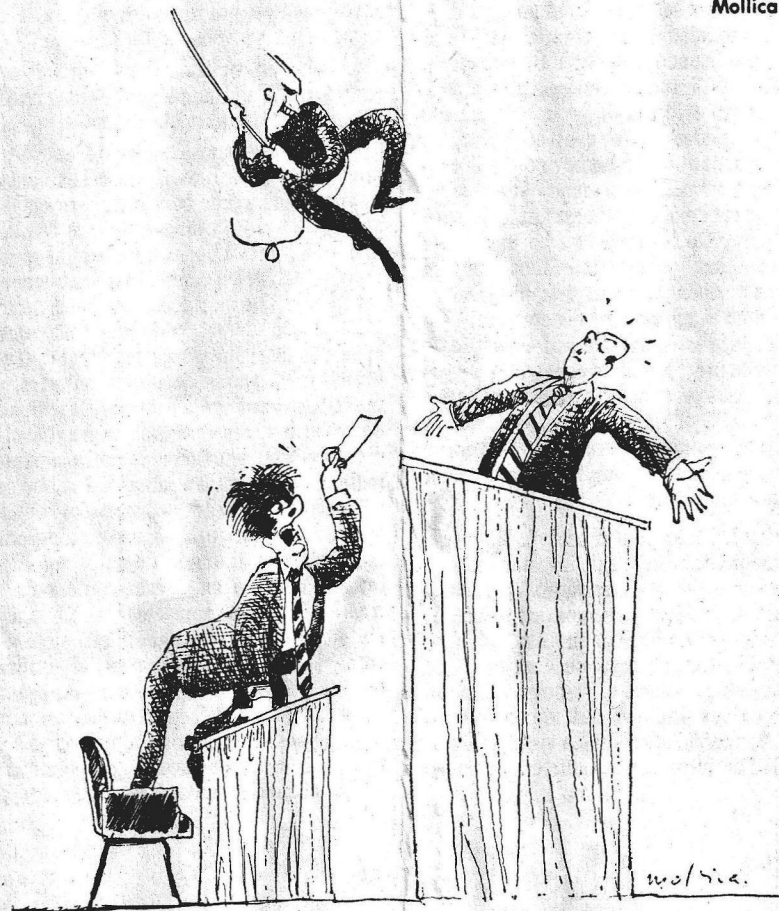
gressos tolerados para efeito externo nos regimes totalitários.

Mas, em Brasília, as ameaças e pressões sobre o Congresso vêm num crescendo verdadeiramente assustador. E não é de agora. Desde a crise da forçada declaração de vacância da Presidência da República, no golpe branco que depôs de fato João Goulart em 1964, que o Congresso vem exibindo a preocupante fragilidade de sua imponente construção de vidros e espaços monumentais.

Nos anos torvos da opressão, a debilidade do Congresso foi esquecida. É evidente que nos períodos de arbítrio, de censura, o Congresso não sofre pressão alguma, simplesmente porque deixa de existir de fato. É um fantasma envergonhado que se compensa com penduricalhos e adornos exibicionistas.

Uma simples pesquisa sobre os anos de sombra do AI-5 desencava algumas curiosidades vexatórias. O Congresso marginalizado, sob cassações, censurado, fez obras como nunca. Embelezou-se, inchou num escapismo perdulário. É dessa época, por exemplo, a famosa compra e instalação do computador que gerou uma caudalosa discussão a derramar-se pela imprensa, ocupando os vazios das colunas políticas.

A abertura e a radicalização repuseram o risco. E ele inflou até as proporções absolutamente inaceitáveis dos últimos e rumorosos episódios da crônica de nossos dias. Os grupos de pressão organizaram-se, aprenderam a lição e o caminho. Não se discute nem vota um projeto de efetivo interesse popular sem que desembarquem nas amplitudes da Praça dos Três Poderes mil, 2 mil, 3 mil, até 10 mil pessoas, procedentes de todos os cantos e que ocupam o Congresso. Ocupação planejada, trabalho de profissionais. O hall atapetado que é do tamanho de uma praça média, ganha o colorido das manifestações de rua. Com faixas, cartazes, folhetos, acampamentos que se improvisam para a vigília das noites mal dormidas. Durante a sessão, transfere-se a ocupação para o plenário. A televisão tem levado ao vivo as imagens repetidas das sessões tumultuadas, com gritos, vaias, e toda uma artilharia de bolas de papel e variada miuçalha que se despeja



das galerias, em pontaria certa, sobre as cabeças e outras partes menos nobres do corpo de parlamentares acudados.

Na noite da votação do Decreto-Lei 2 024, a baderna ultrapassou os limites do suportável. Debita-se o infarto do Senador Nilo Coelho, em boa parte, às angústias suportadas na presidência de uma sessão virtualmente incontrolável. Temperamento bravo e até exaltado, Nilo Coelho desabafou que "não estava ali para morrer". A liderança do PDS creditada à pressão das galerias a famosa decisão da presidência da questão de ordem que dispensou a verificação de quorum no Senado para a votação pela Câmara nas sessões conjuntas do Congresso.

As medidas de segurança decretadas pelo Presidente João Figueiredo e com execução confiadas às mãos desastradas

do General Newton Cruz não são uma solução. O que é de uma evidência que dispensa prova. Mas o Congresso terá que encontrar os remédios, ainda que amargos, para o que hoje já se constitui numa grave ameaça ao funcionamento legislativo. Nenhum Congresso resiste à corrosiva desmoralização do acumamento dos seus membros.

**L**EMBRA o Vice-Presidente Aureliano Chaves que, ainda estudante, veio de Minas ao Rio numa caravana para pleitear na Câmara a aprovação de projeto do interesse da classe. Na única entrada aberta ao público, os estudantes tiveram que se identificar e o funcionário preencheu as papeletas para a consulta ao deputado com quem pretendiam avistar-

Mollica

se. Recebidos, foram convidados a assistir à sessão das galerias. Nas pequenas dependências do Palácio Tiradentes, ali na Praça XV de Novembro, que ora alberga a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, não cabem mais de mil pessoas. Distribuídas em seções e sob a fiscalização de guardas desarmados. Os tempos eram outros. Mas outro também o Congresso.

Só um néscio negaria hoje a deslumbrante beleza, na sua monumentalidade de linhas perfeitas, dos traços do gênio de Oscar Niemeyer para os prédios do Congresso. São formas universalmente admiradas, clássicos da arquitetura moderna, com lugar certo entre as mais belas inspirações da arte em todos os tempos.

Niemeyer recebeu das Mesas da Câmara e do Senado de então, como uma encomenda, as previsões de espaço. O que o justifica em parte. Mas a concepção de um Congresso aberto, transparente, vulnerável não atraiu a Winston Churchill.

É a lição imortal de Churchill, iluminada pela sabedoria de um autêntico gênio político, que convém recordar, para a oportunidade de uma meditação.

Na noite de 10 de maio de 1941 — conta Churchill — "uma das últimas bombas do último ataque aéreo sério fez que a Câmara dos Comuns fosse destruída pela violência do inimigo". Dias depois, o Primeiro-Ministro Churchill compareceu à Câmara para participar de intenso debate que se travou na Inglaterra sobre a forma de reconstrução do prédio.

O discurso de Churchill é uma lição eterna. O velho líder ensina que "nos moldamos nossos edifícios, mas estes também moldam os nossos espíritos". Defende que a Câmara dos Comuns, à qual serviu durante mais de 40 anos, deveria se reconstruída "nas suas velhas formas, conveniências e dignidade".

E, linhas adiante, toca no fundamental: "Existem duas características principais da Câmara dos Comuns que exigirão a aprovação e o apoio dos compenetrados e experientes deputados. E, sem dúvida, soarão curiosas a ouvidos estrangeiros. A primeira é que a forma deve ser oblonga e não semicircular. Este é um fator muito

poderoso em nossa vida pública. A assembléia semicircular que atrai os teóricos da política, permite aos indivíduos de cada grupo moverem-se em torno do centro, adotando diversos matizes conforme mudam os tempos. Sou um defensor convicto do sistema de partidos por oposição ao sistema de grupos. Vejo muitos entusiastas e ardentes parlamentares destruídos pelo sistema de grupos.

**A** forma oblonga da Câmara favorece muito o sistema de partidos. É fácil para um indivíduo mover-se através de insensíveis gradações, da esquerda à direita, mas o ato de atravessar o pavimento requer seria consideração. Estou bem informado sobre a matéria, pois tenho executado esse difícil processo, não apenas uma, mas duas vezes".

E aqui a lição atualíssima:

"A segunda característica de uma Câmara formada segundo as diretrizes da Câmara dos Comuns é que não deve ser bastante grande para incluir, ao mesmo tempo, todos os seus membros sem acúmulo, e que cada membro não deve ter um lugar separado e reservado só para si. A razão disso tem sido por muito tempo um enigma para os estrangeiros não informados, e frequentemente tem despertado a curiosidade e até as críticas dos novos deputados. Mas não é difícil de compreender, se for examinada de um ponto-de-vista prático. Se a Câmara for grande o bastante para conter todos os seus membros, as nove décimas partes dos debates teriam lugar num depressivo ambiente quase ou meio vazio. A essência de uma boa forma de falar na Câmara dos Comuns é o estilo coloquial, a facilidade de rápidos e insólitos comentários e interrupções. As arengas de um tribuno seriam um mau substituto do estilo coloquial, por meio do qual são decididos tantos de nossos assuntos. Mas este estilo requer um espaço bastante pequeno e somente em grandes ocasiões deve-se observar aglomeração e pressa."

Brasília não aprendeu a lição de Churchill. Pior para ela, para o Congresso e para nós.

Villas-Bôas Corrêa é repórter político do JORNAL DO BRASIL.